

Importância e motivações do Estado Brasileiro para pesquisas de uso do tempo no campo de gênero¹

Lourdes Bandeira ²

Introdução

O dia e a noite tem 24 horas e isso é irrefutável para homens e para mulheres. No passado era o tempo da natureza que orientava a população: o nascimento do sol, a chegada da noite, a direção dos ventos e o tempo das marés..., enquanto na moderna sociedade capitalista o tempo toma outras formas, por estar agora regulado por uma máquina – o relógio, controlado pelo olho panóptico do capital (Foucault, 1984) e por novas configurações: o tempo social, o tempo político e o tempo virtual.

Diferente do passado, atualmente todas as pessoas têm suas vidas demarcadas pelo controle, como também por uma maior significância das atividades laborais e culturais. Estas atividades aumentaram nos seus aspectos quantitativos e se diversificaram como resposta às exigências impostas pela tecnologia, transportes, pela requerida rapidez das respostas às demandas laborais ou da vida privada, e pela fluidez do tempo virtual.

Entre homens e mulheres dos segmentos sociais que dispõem de maiores recursos culturais e econômicos e que habitam nas grandes metrópoles, observa-se um acúmulo de atividades laborais que acarreta uma série de outras atividades interligadas, as quais intensificam a jornada de trabalho e, paradoxalmente, reduzem o tempo cotidiano. Ou seja, homens e mulheres mais qualificados dedicam mais tempo às atividades laborais, assim como às atividades externas. Isto é, acumulam mais trabalho profissional, ao mesmo tempo em que praticam esportes, têm atividades culturais, são ativos em orga-

-
- 1 Agradeço às colegas Hildete Pereira e Mireya Suárez pela leitura crítica e comentários generosos ao texto. Também agradeço à Ana Maria Gomes Mesquita pela revisão criteriosa do texto. Apresentação no II Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo. Aspectos metodológicos e experiências internacionais. Realização: SPM, IBGE, IPEA, UNIFEM e OIT. Rio de Janeiro, de 9 a 10 de set./2010.
 - 2 Secretaria de Política para as Mulheres-SPM - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia. CAMPUS UNIVERSITÁRIO UNB, DEPT. DE SOCIOLOGIA - ASA NORTE - 70910-900 - BRASÍLIA, DF - Brasil - Telefone: (61) 3072389 Fax: (61) 3473663 - e-mail: lourdesmbandeira@yahoo.com.br

nizações associativas, cultivam amizades e consomem mais lazer. Restringem o tempo dedicado às atividades ditas “passivas” - como ver televisão, dormir, comer, leitura, etc - e fazem inexistente o tempo para as tarefas dos “cuidados” - requeridas pela reprodução, pela família, na esfera da vida privada.

Ao contrário, o tempo dedicado às atividades “passivas” e às tarefas dos “cuidados” adquire maior relevância entre os homens e as mulheres que, localizados nos segmentos sociais mais populares, dispõem de menor poder econômico, limitadas qualificações e menor acesso à cultura e aos bens simbólicos. Homens e mulheres que habitam em zonas rurais ou nas periferias das cidades desfrutam de menor potencial de lazer e tendem a gastar mais tempo em atividades domésticas ou, no máximo, limitadas aos contornos das comunidades onde residem: visitar vizinhos, circular pela comunidade, assistir à televisão, escutar rádio, dormir, são atividades que ocupam um tempo significativo em suas vidas.

Por sua vez, as mulheres “cuidam” da arrumação da casa, da preparação de alimentos, da lavagem de roupa, bem como das crianças, dos velhos e dos enfermos, de pequenos animais, etc. Elas também dispõem de tempo para participar de diversos cultos, às vezes têm empregos precários em pequenos comércios e fazem trabalhos manuais, como costuras, bordados, enfeites e jardinagem. Já os homens, além de seus empregos incertos, dedicam-se aos pequenos consertos domésticos e tendem a envolver-se em associações, sindicatos ou até mesmo participar de partidos políticos, além da presença em cultos religiosos.

Enfim, enquanto os primeiros, os integrantes dos segmentos sócio econômicos mais favorecidos, são voltados para as atividades do mundo exterior, os segundos, pertencentes aos segmentos menos favorecidos, vivem um cotidiano de vida em que o tempo parece correr mais lentamente, e bem menos diferenciado e mais voltado para o interior da família e da comunidade. Em ambos os casos as ocupações familiares e, sobretudo as atividades do cuidado com os filhos, não são compartilhadas entre homens e mulheres, sendo estas exercidas principalmente pelas mulheres.

Portanto, grosso modo, as diferenças entre esses dois segmentos sociais se manifestam também na socialização conjugal, isto é, nas relações entre o casal, na medida em que a divisão sexual do trabalho, profissional e doméstico e das atividades exteriores e interiores os aproximam nos usos do

tempo, com exceção do tempo dedicado ao trabalho, aos filhos, às atividades domésticas e de cuidados.

Nessa esfera, as assimetrias entre homens e mulheres persistem e a regra da responsabilidade da mulher permanece, mesmo que na sociabilidade do casal, homens e mulheres se aproximem em muitos outros domínios. Portanto, embora homens e mulheres trabalhem as assimetrias, pesam bem mais para as mulheres.

Ao questionar os usos do tempo, cabem as mesmas perguntas para todos(as): quantas horas por dia as mulheres e os homens trabalham? Quantas horas por dia se dedicam às tarefas da casa ou domésticas? Aos cuidados dos filhos(as), de pessoas idosas ou doentes? Quem responde pelas demandas escolares dos filhos? E pela saúde? Quantas horas são gastas para a compra de alimentos? Quantas horas são dedicadas aos cuidados pessoais e aos exercícios físicos? São dedicadas as dimensões emocionais, afetivas e do bem-estar familiar? Quem se dedica a escutar, aos momentos de afagos, de carinho, dedicados aos filhos, companheiros(as) e demais familiares? Quem mais realiza trabalho na comunidade, com práticas de ajuda solidária? Enfim, todos esses usos agregados do tempo são realizados por quem?

A essas perguntas e tantas outras, as pesquisas sobre o uso do tempo buscam respostas. No entanto, quais são as motivações que podem mobilizar a gestão pública, o Estado, a demandar por pesquisas sobre os usos do tempo?

No caso do Estado brasileiro, a motivação em apoiar e incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre os usos do tempo se deve ao reconhecimento de que certamente estas trarão informações de grande utilidade para a implementação de políticas públicas mais eficazes com vistas a superar as assimetrias de gênero, interferindo nos usos diferenciados do tempo para homens e para mulheres. Identificar a diversidade de usos do tempo praticados por homens e mulheres na esfera pública e privada, implica, necessariamente, em conhecer a dinâmica das relações de poder existentes entre os sexos, em outras palavras, a dinâmica da divisão sexual do trabalho.

Essas preocupações e tantas outras questões devem nortear as pesquisas em desenvolvimento sobre os usos do tempo, aqui apresentadas, assim como, transversalizar a realização deste *II Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo: aspectos metodológicos e experiências internacionais*.

No presente contexto, esta exposição busca refletir sobre alguns as-

pectos, que a meu ver são condições causais implicadas na presença das dissimetrias nos usos do tempo entre os sexos/gêneros:

- a persistência de assimetrias na divisão sexual do trabalho e suas repercussões na construção dos usos do tempo;
- os usos diferenciados do tempo, por homens e mulheres gera desigualdades, cuja consequência é o trabalho gratuito realizado maciçamente pelas mulheres;
- a falta de reconhecimento do valor do trabalho reprodutivo e dos cuidados exercido pelas mulheres na agenda pública contabilizada no processo de desenvolvimento.

Por fim, identificam-se as motivações do Estado brasileiro a apoiar o desenvolvimento e a implementação de pesquisas sobre os usos do tempo e, desta forma, desenhar políticas públicas mais efetivas e voltadas a contemplar maior equidade na divisão sexual do trabalho.

A persistência assimétrica na divisão sexual do trabalho: as consequências na construção dos usos do tempo

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE-, PNAD 2008, as mulheres brasileiras consomem 23,94 horas médias semanais com afazeres domésticos, enquanto o tempo médio gasto pelos homens é de 9,7 horas médias semanais, ou seja, as mulheres trabalham 40,52% a mais do que os homens, semanalmente, nas atividades domésticas.

Quando analisada a concentração total do tempo de mulheres e homens, os números são mais alarmantes: 86,9% para elas e 45,9% para eles.³

Diante de uma realidade similar na Europa, há quase quatro décadas, os estudos sociológicos desenvolvidos, especialmente na França, estruturaram um novo campo de pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho, a partir de diferentes perspectivas disciplinares. Tal campo estruturou-se progressivamente, em consequência das transformações ocorridas nos estudos sobre as mulheres, na condição feminina e nas pesquisas sobre o sexo de homens e de mulheres (Hirata, 1984, 1993; Kergoat, 1984).

3 Há países da América Latina em que a situação é mais grave; no Uruguai, por exemplo, as mulheres dedicam 36 horas por semana a trabalhos não remunerados (além de tarefas domésticas, serviços voluntários, por exemplo), os homens dedicam 16 horas, isto é, menos de 50% do tempo feminino.

Este movimento se caracterizou pela “tomada de consciência coletiva das mulheres” de que, “*uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal...*” (Kergoat, 2009:68).

Assim, a partir dos anos 1970, as mudanças ocorridas no campo da sociologia do trabalho e da sociologia da família, impulsionadas pelo diálogo com o movimento feminista e de mulheres, antes tratados em paralelo, promoveram uma interpenetração evidenciando a noção de que homens e mulheres são caracterizados por estar envolvidos em relações sociais de sexo. Acrescenta-se que estas relações: “*como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada concisamente, de divisão sexual do trabalho*” (Kergoat, 2009:67).

Em outras palavras, criava-se a necessidade de bases teóricas para “enfrentar” as disjunções nas relações entre homens e mulheres, assim como no trabalho/não-trabalho; no trabalho assalariado/trabalho não assalariado doméstico; produção/reprodução (Hirata,1993). Todas estas categorias conceituais e empíricas evidenciavam “*... de que modo as diferenças entre os sexos, ao mesmo tempo são negadas e exploradas; negadas para serem melhor exploradas*” (Kartchevsky-Bulport et. al. 1987:10).

Sem dúvida, nos anos 1980, ocorreu uma mudança epistemológica radical na construção desse campo, seja pelo pioneirismo das cientistas sociais feministas que visibilizaram um novo conteúdo, isto é a presença “*...de uma relação de poder dos homens sobre as mulheres*” (Kergoat, 2009:67), assim como pela visibilidade do movimento feminista internacional, sobretudo com os trabalhos da socióloga francesa Danièle Kergoat (1987) que demarcou, conceitualmente, as relações sociais de sexo.

A autora foi uma das primeiras pesquisadoras a instaurar a problemática da divisão sexual do trabalho com a perspectiva feminista, assim como de um conjunto de conceitos conexos tais como qualificação, repartição/divisão do uso do tempo, invisibilidade do trabalho feminino e relações de dominação entre os sexos.

A introdução da dimensão sexuada na divisão social do trabalho questionou fortemente um conjunto de categorias sociológicas universais, como

por exemplo, o conceito de classes sociais (Kergoat, 1987), destacando que o trabalho tem um sexo.

Assim, pesquisadoras de pertencimentos disciplinares diversos atribuíram ao conceito de trabalho a dimensão sexuada, adquirindo um valor de conceito analítico.

As relações sexuadas remetem, necessariamente, a relações de poder. Abaixo são destacadas, em nota, algumas das principais publicações que refletiram com propriedade a importância dessa nova conceitualização⁴ e do deslocamento deste debate intelectual, no contexto francês para os estudos feministas nacionais, na área do trabalho e das relações de poder, sobretudo, consolidadas nas ciências sociais brasileiras (Heilborn e Sorj, 1999).

Nessa perspectiva, discute-se como a divisão sexual do trabalho e a organização do trabalho são diferenciadas segundo cada sexo, lugar, espaço e tempo que, historicamente, ocupam em cada sociedade, homens e mulheres, na organização e na hierarquia social do trabalho. Tem, no geral, por característica “*a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e dos cuidados, e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, comando, decisões...)*” (Kergoat, 2009: 67). Portanto, a teorização em termos da divisão sexual do trabalho considera que todas as práticas e experiências relacionadas aos usos do tempo são sexuadas, como construções sociais, resultantes das dinâmicas e relações sociais presentes em cada sociedade. Em outras palavras, a reflexão na perspectiva de relações sociais sexuadas é, “*...ao mesmo tempo anterior e posterior à reflexão em termos de divisão sexual do trabalho: ela é preexistente como noção, mas posterior como problemática*” (Kergoat, 1992: 16).

Nessa mesma direção analítica a socióloga Helena Hirata (2010:1-2) acentua que são utilizadas “*... diferentes categorias de análise para compreender a repartição assimétrica do trabalho entre os sexos: a divisão sexual do trabalho e as relações sociais do sexo; o gênero e as relações sociais de*

4 As publicações que servem de referência são: *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*. M.A. Barrère-Maurisson, et. al. Paris, Presses Universitaires de France, 1984; *O Sexo do trabalho*. Andrée Kartchevsky-Bulport, et. al. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986; *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. Elisabeth Souza-Lobo. São Paulo, Brasiliense, 1991. Heleieth Saffioti. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo, Livraria Quatro Artes, 1969. Cristina Bruschini, *Sexualização das ocupações: o caso brasileiro*. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, (28), março, 1979. Neuma Aguiar. Um Guia Exploratório para a Compreensão do Trabalho Feminino. Anuário Ciências Sociais Hoje, São Paulo: Anpocs, v. 1, p. 3-15, 1981.

gênero; as diferenças de sexo; a discriminação e as desigualdades”, afirmando ainda que “...a divisão sexual do trabalho tem como campo de referência o trabalho, enquanto as relações sociais de sexo transversalizam todos os campos do social”.

Vale destacar que se observa a presença de uma tensão no uso sinonimizado das categorias de *relações sociais de sexo* e *relações sociais de gênero*, sobretudo por algumas autoras francesas. Há, no entanto, uma relativa aceitação ao uso indiferenciado da categoria - *relações de gênero* e de *relações sociais de sexo* (Hirata, 2010), assumida igualmente pelas pesquisadoras feministas brasileiras, embora seja importante registrar, que nem sempre esses termos são portadores dos mesmos sentidos e significados, em seu uso e extensão (Hirata, 2010). Assim, o conceito de divisão sexual do trabalho vem sendo discutido a luz das noções – continuidade e persistência, portanto, há que se considerar as dinâmicas de variabilidade, – e estas podem estar relacionadas à construção dos usos dos respectivos tempos entre homens e mulheres na vida cotidiana, os quais informam a presença dessimétrica de relações de poder persistentes (Hirata, 1993), assim como, se deslocam para a esfera pública. A partir dos anos 1980-90, a problemática da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, nas esferas profissionais e domésticas, teve consequências teóricas importantes. Dentre elas, a emergência de uma série de clivagens entre produção e reprodução, salário e família, trabalho reprodutivo/cuidados e trabalho mercantil das mulheres. Isto possibilitou desconstruir certas categorias sociológicas, elaboradas a partir de um modelo patriarcal, até então considerado universal, tais como qualificação, tempo social, pleno emprego, trabalho produtivo (Hirata, 1984). Ao mesmo tempo questionou-se o caráter androcêntrico do trabalho, tanto nas pesquisas realizadas pelas ciências sociais como nas políticas públicas universalistas. Criticou-se o determinismo econômico presente nas análises sobre o trabalho, uma vez que a ótica da economia política, preponderante à época e fortemente herdada do pensamento marxista, reduzia a análise à simples exploração de uns sobre outros. Também se postulou uma mudança para a centralidade das relações intersubjetivas entre homens e mulheres dada a importância da dimensão da subjetividade na esfera do trabalho, da qual derivou uma série de estudos e pesquisas sobre a psicopatologia e a psicodinâmica do trabalho (Souza-Lobo, 1991; Hirata, 1993). Embora os estudos indiquem ainda certa

“invariabilidade” no espaço da divisão sexual do trabalho, permanecendo as mulheres na área da reprodução social e os homens na esfera da produção, ocorreram algumas mudanças perceptíveis no horizonte, como por exemplo, a “coexistência”, entre as relações de sexo, de classe e de raça/etnia.

Ou seja, para Kergoat (1998, 2009), certas modalidades de reprodução da divisão sexual do trabalho estão presentes articulando-se a presença de “...dois princípios da divisão sexual do trabalho: a hierarquia (o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino) e a separação (o trabalho masculino é diferente do trabalho feminino)” (apud, Hirata, 2010:2).

As escassas referências de pesquisa disponíveis acentuam que é ainda pequena a frequência de estudos internacionais comparativos entre diversos países que indicam que houve deslocamentos, variabilidade ou mudanças nas fronteiras da divisão sexual do trabalho, seja entre os sexos, seja no interior do mesmo sexo, seja nos tempos, espaços e diversidade de funções de trabalho (Hirata, 1993, 1989). Por sua vez, os poucos estudos internacionais comparativos realizados⁵ evidenciam uma permanência inquietante na divisão sexual do trabalho: no campo industrial ainda é recorrente o trabalho manual e repetitivo atribuído, majoritariamente, às mulheres, enquanto que aos homens são destinadas as funções, cuja demanda de capacidade técnica é sempre superior. As principais mudanças são observadas no aumento da escolaridade feminina e na entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo no setor de serviços e nos cuidados, e na adoção das novas tecnologias tanto para os setores produtivos como para a esfera doméstica. No entanto, cabe destacar que mais anos de estudos transformados em maiores índices de escolaridade não representam garantia de quebra das dessimetrias, uma vez que não representam garantia de deslocamento em igualdade de acesso e de salário, nas esferas produtivas. Ao mesmo tempo, estas mudanças positivas ainda não atingem a grande maioria das mulheres brasileiras, com escolaridade insuficiente e sem dispor de equipamentos básicos de suporte social e governamental.

Pergunta-se em que medida estas variabilidades afetam uma reconfiguração da divisão sexual do trabalho e dos usos do tempo? Ou, em que medida a divisão sexual do trabalho produtivo vem sofrendo alterações? Como

5 A propósito consultar o texto citado de Helena HIRATA: Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. Texto apresentado na XI Conferência Regional sobre la Mujer de America Latina y Del Caribe. Brasília, CEPAL, Julho, 2010 (Mimeo).

as novas tecnologias contribuem para uma nova divisão sexual do trabalho, no sentido de uma maior inserção masculina nas atividades dos cuidados? Se a divisão do trabalho entre as atividades pesadas, sujas e penosas já não são mais atribuídas aos homens e as atividades leves, limpas e sensíveis às mulheres, em função da adoção de tecnologias e do reordenamento ou reconfiguração dos parques industriais, por que a persistência das dessimetrias na divisão sexual do trabalho doméstico e familiar ainda caberiam somente às mulheres? ⁶ A nova configuração das políticas públicas de transferência de rendas para certos segmentos sociais, tais como bolsa família, Benefício de Prestação Continuada - BPC, contribui para a criação de tempo livre para as outras atividades mercantis, escolares ou lazer? Em que medida políticas públicas que propiciem equipamentos para recobrir as atividades da esfera da reprodução social (creches, escolas em tempo integral, salas de aleitamento nos locais de trabalho, além dos mesmos direitos trabalhistas para todas as categorias profissionais, como as empregadas domésticas) contribuem para a diversificação do uso do tempo das mulheres, ampliando sua escolaridade, seu acesso à cultura, ao mercado de trabalho e ao lazer?

Problematizar os usos do tempo a partir da ótica da divisão sexual do trabalho não remete a “um pensamento determinista”, ao contrário, nas palavras de Kergoat (2009) e Tabet (1998:68): “...*trata-se de pensar a dialética entre variantes e variações, pois, se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social ... esse raciocínio implica estudar, ao mesmo tempo, seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão*”. Portanto, é necessário romper com o paradigma de que a questão da divisão sexual do trabalho está associada a ideia de que há uma divisão entre os sexos envolvendo tanto a esfera do trabalho, como do saber, do poder e da cultura, que todas seriam indissociáveis.

6 Helena HIRATA, (op. Cit, 1993 :pg.7/8), acrescenta ainda : « Ainsi nous avons constaté que les formes d'utilisation de la main d'oeuvre féminine selon l'état civil, l'âge et la formation varient considérablement selon les pays. Des différences significatives existent dans les pratiques discriminatoires, et semblent très liées à l'évolution des rapports hommes/femmes dans l'ensemble de la société. Par exemple, les entreprises japonaises ont pratiqué ouvertement deux systèmes de rémunération selon les sexes. Elles ont essayé, parfois, de les transférer vers leurs filiales, sans succès, étant donné les barrières juridiques (lois d'égalité professionnelle) en vigueur dans un certain nombre de pays occidentaux, et au Japon même depuis 1987. Un autre exemple est celui de la discrimination envers le travail des femmes mariées. Si les firmes en France ne font pas de discrimination envers les femmes mariées, elles adoptent dans leurs filiales étrangères des pratiques de sélection et de licenciement discriminant ces dernières, pratiques, qui sont en vigueur dans le pays d'accueil ».

As dessimetrias nos usos diferenciados do tempo por homens e mulheres: produção das desigualdades e do trabalho de cuidados gratuitos realizados maciçamente pelas mulheres⁷

A importância progressiva que vem assumindo as atividades do cuidado está proporcionalmente relacionada a tendência demográfica de envelhecimento crescente da população brasileira. Segundo os dados da PNAD/2008, relativos ao envelhecimento, a economista Hildete Pereira de Melo, analisa da seguinte maneira: “*A população brasileira envelheceu; nos últimos 17 anos, a participação da população com 40 anos ou mais de idade cresceu 10,1% pontos percentuais e como as mulheres continuam vivendo mais que os homens, a população feminina de 60 anos e mais de idade são 56,2% e os homens são 43,8% dos idosos(as) brasileiros(as)*”. (SPM, 2009)

É pouco presente ainda no horizonte dos países latino-americanos em desenvolvimento, vistos como países que abrigavam uma população de jovens, que a população caminha em direção a um processo de envelhecimento crescente e, paradoxalmente, a uma maior longevidade.

Então é que as atividades do cuidado adquirem cada vez mais importância no Brasil como atual sociedade. Devem assumir maior reconhecimento social e público no momento em que se deslocam da esfera doméstica para a esfera pública, demandando políticas públicas. Na sociedade brasileira as atividades do cuidado dizem respeito a todos, no entanto, ainda são consideradas de responsabilidade e são desenvolvidas basicamente pelas mulheres, uma vez que prevalece uma forte associação entre o feminino e o cuidado. Esta associação reforça as assimetrias de gênero, assim como o uso do tempo, entre homens e mulheres. Portanto, trata-se a atividade do cuidado como menos valorizada.

A discussão sobre a abrangência e complexidade das atividades contidas na tarefa do cuidado (*care*) não são objeto desta análise; no entanto cabe destacar quais são as definições mais significativas quanto à abrangência dessas atividades: dizem respeito ao cuidado que envolve todos os serviços oferecidos para alguém. Trata-se do contato face-a-face; onde o(a) cuidador(a)

7 Esse item tem como referência as discussões realizadas no Colóquio Internacional. O que é “care”? Emoções, divisão do trabalho, migrações, organizado por Nadya ARAUJO GUIMARÃES e Helena HIRATA. Realizado na USP, nos dias 26 e 27 de agosto, 2010.

responde às necessidades, demandas e desejos diretamente expressados pelo(a) outro(a), caracterizando-se mais como provisionador(a) de serviços pessoais (estar com a pessoa, cuidados com sua saúde, a higiene pessoa, os medicamentos, a alimentação, recreação, entre outras). O envolvimento emocional-afetivo, no geral está manifesto fazendo parte intrínseca do próprio cuidado (Tronto, 2009; Parreñas, 2010; Soares, 2010). Outra compreende não diretamente o contato com uma “pessoa-receptora”, mas as atividades do cuidado que realiza todas as tarefas relativas ao trabalho doméstico, uma vez que a definição de “tarefas domésticas” não cabe na definição tradicional do cuidado.

Assim, lavar pratos, limpar o chão, lavar as louças, arrumar as camas, limpar os banheiros, passar as roupas são todas atividades de suporte a pessoas. Porém, todas estas atividades podem ocorrer estando associadas ao cuidado de crianças, de pessoas doentes ou de idosos: o tomar conta de. No geral, a expressão que recobre todas estas atividades continua sendo a de trabalho reprodutivo (Araujo Guimarães, et al. 2010).

Tradicionalmente essa atividade do cuidado vem sendo realizada no interior da família, por mulheres, muitas vezes, como extensão das atividades da empregada doméstica. Essa realiza, na combinatória de múltiplas tarefas com a escassez do tempo, todas as tarefas para que aquela pequena comunidade familiar possa viver tão bem quanto possível.

Consequências: dissimetrias na divisão sexual do trabalho; invisibilidade da sobrecarga do tempo reprodutivo; ausência de reconhecimento pelo valor daquele trabalho, e por fim, o que resta a esse segmento sócio-profissional é o esgotamento físico e o salário mínimo como pagamento.

Portanto, embora o trabalho do cuidado devesse envolver toda a sociedade, desde o Estado, as instituições privadas e a própria família, acaba sendo realizado principalmente pelas mulheres, caracterizando a permanência da divisão sexual do trabalho tanto no universo familiar como nas instituições de cuidados. Isso implica discutir, urgentemente, as atividades do cuidado remuneradas, as profissionais, e as não remuneradas desenvolvidas no interior das famílias pelas jovens e mulheres da família, senão repassadas às empregadas domésticas. Como foi dito na abertura do Colóquio, (USP, 2010) “... o amor, o afeto, as emoções não parecem ser do domínio exclusivo das famílias, assim como o cuidado, o fazer, a técnica, não parecem ser do domínio exclusivo das “cuidadoras”, das “acompanhantes”, das “auxiliares” remuneradas”.

Motivações do Estado brasileiro para o desenvolvimento de pesquisas sobre o uso do tempo

O papel fundamental que as mulheres passaram a desempenhar na modernização das sociedades latino americanas, especialmente na ordem pública brasileira, não passou despercebido aos gestores das políticas públicas brasileiras ao longo das décadas de 1990 e 2000. Tornou-se claro que por trás da queda da natalidade e o subsequente controle demográfico surgia um novo modelo de feminilidade que reconsidera “...a maternidade como ideal exclusivo e incorporador das mulheres” (Heilborn e Sorj, 1999:190). A maternidade passa a ser considerada como uma responsabilidade social (licença de seis meses), pelo menos para as servidoras públicas. A mesma dinâmica vale para a família, com a explosão de suas variadas formas e suas novas tentativas de enquadramento jurídico, demarcados pela Constituição de 1988⁸ e das mudanças ocorridas no Código Civil (2002). Mudanças também foram extensivas às formas de virilidade, de paternidade/maternidade, assim como dos debates atuais sobre os fluxos migratórios nacionais e internacionais e dos novos agrupamentos familiares.

Nesse sentido, uma das motivações do atual governo brasileiro direcionada ao fomento de políticas públicas voltadas às mulheres e da visibilidade deste campo disciplinar e político no País, deveu-se tanto as demandas do movimento feminista, com a mobilização conjunta dos movimentos de mulheres e das pesquisadoras feministas, assim como de “exigir” do Estado o reconhecimento do valor econômico do trabalho doméstico e das atividades dos cuidados realizado pelas mulheres para sua inclusão na agenda contábil pública. É sabido que boa parte da riqueza do país é produzida – gratuitamente, pelas mulheres, na medida em que os trabalhos domésticos e do cuidado são realizados, por elas, de graça.

Na esfera governamental motivações vêm sendo capitaneadas pela incisiva atuação da SPM, com a participação do IBGE, assim como de organismos internacionais, no sentido de promover e garantir a produção de dados estatísticos globais e possíveis de comparação internacional para servirem de suporte à produção de indicadores que visibilizem a condição feminina no Brasil; assim como para o desenho de políticas públicas direcionadas a uma política de maior igualdade entre os gêneros, uma vez que essa construção so-

8 Thurler, Ana Liési e Bandeira, Lourdes et. al . 2010

cial tem uma base material e não unicamente ideológica. Ainda concordando com Kergoat (2009 :71) “...a mudança de mentalidades” não ocorre de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão sexual do trabalho concreta, uma vez que estas relações se baseiam, a priori, em relações hierárquicas entre os sexos. Trata-se pois, de relações de poder e de dominação persistentes.

O pioneirismo da SPM responde às demandas sociais das mulheres, expressadas nas Conferências Nacionais sobre os Direitos das Mulheres e consubstanciados nos I e II PNPM. Seguramente as análises sobre o trabalho reprodutivo e a economia dos cuidados ainda são incipientes e padecem de falta de estatísticas adequadas. Perante tal fato, a SPM e IBGE juntaram-se em uma parceria para suprir esta lacuna e desenhar a pesquisa em curso, a PNAD Contínua, que investiga sobre os usos do tempo, na complexa dinâmica da divisão sexual do trabalho. Espera-se, em breve, entregar os resultados à comunidade acadêmica e aos gestores públicos. Essa pesquisa deverá orientar, através dos seus indicadores, a promoção de políticas com a perspectiva de gênero que possam garantir a construção de compartilhamentos e responsabilidades entre homens e mulheres, nas atividades do cuidado e da reprodução, em geral, não reforçando a atual divisão sexual do trabalho.

Outra motivação, pode-se sugerir que o Estado, ao fomentar a pesquisa sobre os usos do tempo, acabe por interferir na noção moderna de trabalho associada à ideia central de valor.

O trabalho sendo um produtor de valor deve ser medido e avaliado, indistintamente. Tornando-se assim uma mercadoria como qualquer outra. Nesse sentido, a noção de trabalho amplia-se não se ancorando e definindo apenas naquilo que se vende e o que se compra no mercado. Ao mesmo tempo, as atividades de produção de serviços e de cuidados desenvolvidas pelas mulheres, que não transitam pelo mercado de trabalho, acabam por serem “excluídas” em termos de sua contabilidade nacional como trabalho, uma vez não são consideradas produtoras ou detentoras de valor. Outra interferência poderá ocorrer no campo multidisciplinar, constitutivo da categoria trabalho, com o alargamento do conceito de *trabalho* para que seja pensado como sendo, concomitantemente, uma atividade profissional/produzida e reprodutiva/doméstica e de cuidados, produtora de valores materiais e simbólicos. Isto confere status e valor a essa última esfera, e ao mesmo tempo valoriza e visibiliza os trabalhos dos cuidados quando realizados na ótica profissional e não apenas pela da benevolência.

A guisa de conclusão

Sem dúvida que as mudanças vêm ocorrendo na constituição das relações sociais e permitem antever, nas palavras de Kergoat (2009:74): “... fortes turbulências que hoje incidem sobre a divisão sexual do trabalho”, assim como na mudança dos perfis demográficos da população brasileira. A autora se refere ao contexto francês, mas considero-o extensivamente válido para refletir sobre as mudanças que vêm ocorrendo na situação das mulheres brasileiras: *os nomadismos sexuais e os dualismos dos empregos femininos*.

Em outras palavras, diante das crises econômicas e da flexibilização do emprego, desenvolvem-se os “nomadismos sexuais”, isto é, a condição de transitoriedade e de instabilidade nos espaços de atividades e do trabalho das mulheres (grande aumento da oferta de trabalho em tempo parcial, geralmente associado a concentração de horas de trabalho dispersas durante uma jornada ou na semana; demanda de trabalho em finais de semana ou feriados); e para os homens (funções e espaços temporários nos canteiros de obras, multiplicação dos deslocamentos para executivos em espaços nacionais e internacionais, situações de desemprego sazonal e intermitente).

A presença das situações de “dualismo do emprego feminino” expresso no efetivo aumento do capital econômico, cultural e social exigido de uma significativa parcela de mulheres que estão engajadas no mercado de trabalho e na sua coexistência com outra parcela de mulheres atingidas pelo nomadismo sexual, descrito acima, detentoras de capacitações e de oportunidades mais escassa, passaram a conviver na sociedade contemporânea.

A coexistência de essas duas categorias de mulheres, signos de diferenças, não pode mais ser desconsiderada por ser reveladora de uma nova dinâmica nas relações sociais de gênero, na ética dos cuidados, assim como pela demanda de mudanças na configuração das políticas públicas.

Assiste-se ao surgimento “...pela primeira vez na história do capitalismo, [de] uma camada de mulheres, cujos interesses diretos (não são mais mediados como antes eram pelos homens : pais, esposos, companheiros, irmãos, etc.), uma vez que este segmento de mulheres tem voz própria e , por sua vez, se opõem frontalmente aos interesses daquelas abrangidas pela generaliza-

ção do tempo parcial, dos empregos mal remunerados e não reconhecidos socialmente” Kergoat (2009:13). Em outras palavras, tais situações acabam por criar dissidências entre as próprias mulheres, uma vez que as relações de poder também de deslocam de uma perspectiva vertical para uma direção de horizontalidade.

No Brasil de hoje, o número de brasileiras com maior escolaridade, ensino superior (completo e incompleto) representa 19,7% das mulheres ocupadas (PNAD/2008); aumentou significativamente a presença feminina nas carreiras de ensino superior. No entanto, a situação de precarização e de pobreza da grande maioria de mulheres excluídas desse percentual, representa 15,8% (PNAD/2008) das ocupadas. São mulheres com baixos rendimentos, sendo que em 2009 30,6% receberam $\frac{1}{2}$ salário mínimo e, considerando até um salário mínimo, tem-se 72,5% das trabalhadoras domésticas brasileiras (PNAD/2009).

Vale destacar que existem 2,5 milhões de mulheres que trabalham sem remuneração. As empregadas domésticas ainda não dispõem dos mesmos direitos dos demais trabalhadores e, em geral, são mais atingidas pela precariedade laboral. Esses dois últimos segmentos, certamente, estão envolvidos também nas atividades do cuidado, as primeiras o fazem de graça. Por tanto, são necessárias políticas públicas específicas de modo a responder a essas necessidades crescentes que representam as atividades do cuidado.

Por fim, espera-se que a principal motivação do Estado seja centrada no movimento de deslocamento e de focalização mais amplo, qual seja de que as desigualdades no trabalho, nos salários, nos usos dos tempos entre homens e mulheres, no não compartilhamento das tarefas, assim como na insuficiência de equipamentos públicos, possam mobilizá-lo, suficientemente e rapidamente para que sejam asseguradas as condições de igualdade e plena cidadania.

Decorre da tradicional divisão sexual do trabalho a percepção das relações de poder que são estabelecidas entre os sexos, geradora de conflitos e violências interpessoais que são materializadas nas segmentações sexuadas dos espaços profissionais acarretando rupturas nas sociabilidades, deixando de serem mais harmoniosas e complementares.

O conflito instalado reafirma as relações de dominação e de subordinação das mulheres em relação aos homens. Se ainda forem consideradas outras

dimensões associadas como a falta de lazer e demais precariedades presentes na vida cotidiana, as situações de violência, os “stresses”, a divisão sexual do trabalho se tornará cada vez mais severa para as mulheres. Mas essa questão merece outro *paper*.

Referências bibliográficas

- ARAUJO GUIMARAES, Nadya, HIRATA, Helena, SUGITA, Kurumi. *Care et Care Work. Le travail du 'care' au Brésil, en France, au Japon*. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional: O que é “care”? Emoções, divisão do trabalho, Migrações. São Paulo, USP, agosto/2010 (Mimeo).
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, São Paulo, Graal, 1984.
- HEILBORN, Maria L. & SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Sérgio Micelli (org.) São Paulo, Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.
- HIRATA, Helena. Vie reproductive et production . Famille et Entreprise au Japon: In: *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et système productif*. BARRÈRE-MAURISSON, M.A. et al . Paris, Presses Universitaires de France, 1984.
- HIRATA, Helena. *Division Sexuelle et Internationale du Travail*. Paris, 1993. Consulta em set/2010: (<http://multitudes.samizdat.net/Division-sexuelle-et>).
- HIRATA, Helena, (org.). Divisão capitalista do trabalho. *Tempo Social*; Rev. Social. USP, São Paulo, 1(2): 73-103, 2.sem. 1989.
- HIRATA, Helena. *Mundialização, Divisão Sexual do Trabalho e Movimentos Feministas Transnacionais*. Texto apresentado na XI Conferência Regional sobre La Mujer de America Latina y del Caribe. CEPAL. Brasília, julho, 2010.
- KERGOAT, Danièle. Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des categories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualization. In: *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et système productif*. BARRÈRE-MAURISSON, M.A. et al . Paris, Presses Universitaires de France, 1984.
- MELO, Hildete Pereira de, “*O que informa a PNAD/IBGE, 2008?*”, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), texto interno, 2009, Mimeo.
- KERGOAT, Danièle. Des rapports sociaux de sexe et de là division sexuelle du travail. Paris. In: *Cahiers du GEDISST*, n.3, 1992.
- KERGOAT, Danièle . A propos des rapports sociaux de sexe. Paris. In: *Revue M. Le féminisme à l'heure des choix*, Paris, p.53-54. 1992a.
- KERGOAT, Danièle. La division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, JACQUES et al. *Le monde du travail*. Paris, La Découverte, 1998.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo . In: *Dicionário Crítico do Feminismo*. HIRATA, H. et al (orgs.). São Paulo, UNESP, 2009.
- PARREÑAS, Rhacel S. *The care work of Hostesses*. Colóquio Internacional: O que é ‘care’? USP, São Paulo, ago/2010 (Mimeo).
- QUINTEIRO, Maria da Conceição. “*Proposta para uma nova igualdade de gênero na família*”. São Paulo, UPS. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto/MG(4-8 nov/2002).

SOARES, Angelo. *As emoções do “care”*. Colóquio Internacional: O que é ‘care’? USP, São Paulo, ago/2010 (mimeo).

SUAREZ, Mireya e LIBARDONI, Marlene. *O Impacto do Programa Bolsa Família. Mudanças e Continuidades na condição social das mulheres*. Brasília, 2010 (Mimeo).

TABET, Paola. *La construction sociale des inégalités des sexes, des outils et des corps*. Paris, L’Harmattan, Bibliothèque du Féminisme. 1998.

THURLER, Ana Liési e BANDEIRA, Lourdes. As Mulheres e a Constituição: ainda um processo em construção. In: *Estudos Legislativo. 20 anos de Constituição Brasileira*. MESSENBURG, Débora et al (orgs). Brasília, Senado Federal: Câmara dos Deputados; Tribunal de Contas da União; Universidade de Brasília, 2010.

TRONTO, Joan. *Um monde vulnérable. Pour une Politique du Care*. Paris, La Découverte, 2009.